



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: PATRÍCIA BEZERRA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 30 DE AGOSTO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Declaro aberta a 11ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Presente, esta Vereadora na Presidência, e parece-me que os demais Vereadores membros deverão chegar no decorrer da audiência.

Esta audiência foi convocada a partir de um requerimento do meu mandato, aprovado em reunião ordinária desta Comissão, visando a discutir o PL 252/2018, do Executivo, que "dispõe sobre a readequação dos valores da Gratificação de Municipalização, instituída pela Lei nº 13.510, de 10 de janeiro de 2003".

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios On-line.

Passaremos agora à composição da Mesa. Antes, vou explicar um pouco sobre como foi pensada esta audiência pública. O Deputado Marcolino me procurou, juntamente com o sindicato, para dialogar sobre um projeto de lei que estaria tramitando nesta Casa e que já vinha sendo reivindicado há muito tempo pelos municipalizados para se poder acertar a questão salarial, que está muito defasada, em que pese o texto ajudar.

Infelizmente – ou felizmente para alguns -, esta audiência pública era para ter sido realizada antes de o projeto ser votado em segunda, para que pudéssemos dialogar um pouco sobre o texto e tentar avançar um pouco mais. Porém, ontem foi apreciado em segunda votação aqui na Câmara, rapidamente, foi aprovado e segue para a sanção do Prefeito. Mesmo assim, resolvemos manter esta audiência pública para esclarecer um pouco sobre o texto, mas também dialogar sobre dois itens que estão errados, que já verificamos. Não sei se há alguém da Secretaria de Governo presente. (Pausa) Está presente. Que bom. Seria muito importante se V.Sa. pudesse esclarecer isso para nós. Além da Secretaria de Governo, a Secretaria de Saúde também veio em peso para dialogar sobre a matéria. Por isso, mantivemos a audiência pública.

Quero então já chamar, para compor a Mesa: o ex-Deputado Estadual Luiz Cláudio

Marcolino; o Gervásio Faganholi, Presidente do SindSaúde; Amanda, da Secretaria de Governo Municipal; Dra. Jane, Coordenadora de Recursos Humanos, e, junto com ela, Maria Elisa, que é diretora, que estão com as palavras na ponta da língua para falar sobre o projeto; Ivan...

Não sei se vocês querem compor a Mesa, Adriana Palheta, mas eu queria que vocês, por favor, se levantassem para as pessoas conhecerem a nova equipe do Secretário de Saúde. (Palmas.)

Todos sabem a briga que eu sempre tive na Saúde. Mas fiquei feliz.

Tenho falado em vários lugares que pessoas como a Adriana e o Ivan entendem o que é saúde, dialogam melhor com o Parlamento e, com certeza, isso minimiza impactos no diálogo. Não no território, mas na Secretaria de Saúde.

Ontem nós tivemos uma reunião muito proveitosa com o Secretário de Saúde, que apresentou a nova equipe, dialogou com a Comissão de Saúde de outra forma. Acho que a gente pode avançar um pouco no entendimento sobre a Saúde que a gente tem aqui.

Quero chamar a Selma, Conselheira Municipal de Saúde, que está representando o Conselho. (Palmas.)

Agradeço muito à Valéria, porque é uma das pessoas que, neste início de diálogo, me apresentou, junto com o Marcolino, depois foi abrindo os alguns espaços com as outras mulheres combativas. Aqui no sindicato tem muita mulher combativa, viu! (Palmas.)

São 10h30min, vou passar, primeiro, conforme já foi combinado. Não sei se o Marcolino quer dar uma saudação inicial ou passamos primeiro para a Secretaria, depois para o sindicato? Secretaria. Ok.

Podemos começar pela Secretaria de Saúde, depois a Amanda fala um pouquinho. Pronto.

A SRA. ADRIANA PALHETA (?)- Bom dia a todos, a todas. Bom dia à Mesa. Quero cumprimenta-los em nome da Secretaria Municipal de Saúde.

Estou representando o nosso Secretário para falar um pouco sobre o PL 252 que eu acho foi uma conquista de todos nós.

Sou Coordenadora de Gestão de Pessoas da Secretaria, estou com a Elisa, que é a nossa Diretora de Administração de Pessoal.

Nós tivemos uma força muito grande em relação a esse tema.

Só buscando um pouco para fazer o histórico para vocês, os municipalizados - como carinhosamente na Secretaria chamamos os servidores estaduais - vieram para o Município em 2002, por força do convênio SUS e, na ocasião, eram cerca de 7.200.

Nós verificamos que precisávamos, naquela época, já pensar numa gratificação que culminou com a lei, em 2003, para tentar minimamente equiparar com o que o nosso servidor municipal recebia.

A partir dos anos, nós verificamos principalmente com a Lei do Subsídio, que aumentou a diferença que existia. A gente começou a trabalhar no sentido de buscar diminuir a diferença. Chegamos na proposição que foi aprovada ontem com dois adendos que a Secretaria não concorda.

Uma que é a diminuição do que seria a gratificação para os dentistas e a outra que seria para o médico sanitário, porque o Estado faz uma diferenciação que o Município não faz em relação aos médicos. Os médicos no Município recebem igual. Então quando fizemos toda a pesquisa e a proposição, nós não fizemos essa diferenciação.

Portanto, aqui, já de antemão, já colocamos que o Município não concorda com o substitutivo que diminui a gratificação dos dentistas e, inclusive, nós já mandamos para a Prefeitura essa questão. Porque hoje vocês são 2,2 mil e a tendência é só diminuir. Não tem sentido diminuir a gratificação dos dentistas que, hoje, são 343.

Então, a Secretaria, nós não sabíamos, é uma pena – como a Vereadora colocou – porque se soubéssemos, estaríamos fazendo uma gestão também para não aprovar esse substitutivo.

Vou passar a palavra à Maria Elisa para ela dar mais detalhes para vocês de como que nós pensamos essa proposta, ok?

A SRA. MARIA ELISA – Bom dia, nós começamos esse trabalho por conta do subsídio que nós não poderíamos aplicar a gratificação de compatibilização exatamente por conta do subsídio. Então num estudo conjunto com o Sindsep e o Sindsaúde, nós propusemos os valores iniciais das nossas carreiras, inclusive, para o nível médio e o nível básico que ainda não estão contemplados como subsídios, colocando, inclusive, a gratificação de atividade para que pudesse estar fazendo o cálculo dos 20%.

Daí qual a grande diferenciação que a Jane colocou? Os dentistas, quando vieram para a Prefeitura, quando foram cedidos para a Prefeitura, eles vieram com o mesmo valor do médico. À época, eles ganhavam assim, a gratificação era de R\$ 707,00 e a mesma coisa do médico. Hoje, se formos usar como cálculo o inicial do dentista, esse valor seria menor.

Então qual foi a proposta da Secretaria? Foi de que a gratificação do dentista equivalesse ao mesmo valor dos demais profissionais do nível superior, que corresponde a 30 horas. Daí ele teria um aumento e num valor diferenciado dos médicos.

E dos médicos sanitaristas seria também no mesmo valor, ou seja, quando eles vieram, quando foram cedidos para a Prefeitura, eles vieram com o mesmo valor do médico. E, na Prefeitura, não temos diferenciação por especialidade. Assim, a proposta nossa era de que o médico sanitarista recebesse o mesmo valor do nosso médico, que é 1,2 mil.

São essas as considerações que gostaríamos de estar fazendo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Oi. Então, acho que agora assim, de fato, nós montamos essa mesa para falas iniciais porque também queremos ouvir o plenário. Então quem estarão inscrevendo são: Vinícius e Caio, que estão aqui ao lado. São eles que estarão aceitando as inscrições para as falas.

Quero agradecer a presença da Cleo, que é nossa Vice-Presidenta do Sindicato; agradecer também a Roseli que também está aqui junto conosco.

Passo a palavra para o Gervásio Marcolino.

O SR. GERVÁSIO MARCOLINO – Bom dia a todos e todas, primeiro saudar a Jane Abrão, representando a Coordenadoria de Recursos Humanos; Adriana Palheta, que também está acompanhando o processo; Selma, nossa representante; Amanda Gervásio; Juliana, é importante para cada uma de vocês que estão acompanhando esta audiência pública, estávamos conversando com algumas pessoas da importância dos trabalhadores e trabalhadoras, sejam do serviço público municipal ou estadual, acompanhar o orçamento do Estado e do Município.

Este projeto de lei para poder ser apresentado na Câmara Municipal vindo do Executivo foi necessário que o recurso estivesse já predestinado no orçamento do ano passado. Um projeto, seja ele de adequação salarial, de estrutura de carreira do serviço público municipal e estadual, tem que sempre estar vinculado ao orçamento.

E esse debate dos municipalizados, a Valéria tem acompanhado bastante desde a Assembleia Legislativa a questão dos servidores da Saúde e os municipalizados sempre ficaram no limbo. Quando vão debater o salário dos servidores da Saúde Estadual vocês acabam não se enquadrando. Quando vão discutir o salário dos trabalhadores da Saúde do Município vocês também acabam não se enquadrando. Vocês não estão nem no olhar do Estado e nem no olhar do Município. Acabam ficando órfãos do olhar dos gestores públicos.

Então quando houve esse debate, no ano passado, depois de uma adequação do salário dos funcionários do Município de São Paulo, nós fizemos várias gestões aos secretários da época na Administração passada e nesta também, inclusive, o companheiro da Saúde que está ao lado da Adriana - o Ivan - e a Valéria, estivemos várias vezes na Secretaria da Saúde no final do ano passado discutindo que era necessário que esse projeto fosse à votação ainda no ano passado, na verdade em 2016.

Não foi possível fazer esse movimento em 2016, mas é importante que esteja sendo apreciado, já foi aprovado no dia de ontem, também a partir do esforço do Ivan que já

estava na Secretaria naquela época e continua agora também acompanhando esse processo.

Então é importante para nós que estamos numa audiência pública entendermos a importância que tem a participação dos trabalhadores e trabalhadoras para que o salário, adequações, gratificações também sejam aprovados. E é no espaço do parlamento que essa movimentação pode acontecer.

Hoje está tanto o Secretário Semeghini, como o Edson Aparecido na Saúde, então é importante que o Executivo tenha apresentado esse projeto, mas mesmo apresentando o projeto se não tiver uma movimentação do parlamento e dos servidores acaba não acontecendo.

Quando foi procurada a Vereadora Juliana, até pela função que tem na Câmara dos Vereadores e o trabalho que vem desenvolvendo junto aos movimentos sociais e trabalhadores da cidade de São Paulo e foi dito a ela que o projeto estava sendo encaminhado para a Câmara. Então se debateu nas comissões, aqui na audiência pública, tem um acompanhamento junto aos demais Vereadores para que esse projeto pudesse ter sido aprovado no dia de ontem.

Então quero parabenizar a Vereadora por ter se comprometido em encaminhar esse projeto dentro da Casa porque senão o projeto poderia chegar à Câmara e ficar parado. Temos vários projetos encaminhados para a Câmara dos Vereadores parados e desde que esse projeto entrou conseguiu os encaminhamentos. Então parabéns por todo o envolvimento para garantir que esse projeto fosse aprovado no dia de ontem. E no caso do Sindsaúde tanto a Valéria, a Cléo, a Roseli, o Silas, Salvador, Adriana e o Alexandre que acompanharam junto com os trabalhadores municipalizados na cidade São Paulo para que esse projeto se tornasse realidade.

O Gervásio tem acompanhado muito o debate da saúde no Estado de São Paulo e tem apoiado o debate dos municipalizados. É importante em um momento como este que o percentual ou valor que todos vocês gostariam que fosse aprovado. Tinha o debate da

retroatividade ao momento em que o projeto foi encaminhado, mas acabou não conseguindo ter essa retroatividade, mas começa pelo menos a ter uma reparação das diferenças existentes entre vocês e os servidores do Estado.

Queria parabenizar todo o trabalho que a Valéria desenvolveu ao longo desse período junto Gervásio, que é um Presidente do Sindsaúde e parabenizar a Vereadora Juliana e a Secretarias de Gestão e de Saúde por terem entendido a importância desse projeto para cada um dos servidores da municipalizados da cidade de São Paulo. Parabéns a cada um de vocês que se envolveram nesse processo para que pudesse ter sido aprovado no dia de ontem. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Amanda, Secretaria de Governo.

A SRA. AMANDA - Bom dia a todos e todas, a Mesa. Na verdade queria fazer uma colocação muito rápida. Como a gente já falou aqui, a ideia da Secretaria de Governo hoje é justamente ser os ouvidos dessa sessão, então, entender o que for falado aqui de demanda.

Acreditamos que tenha sido um equívoco na passagem do projeto em relação à diminuição da gratificação dos dentistas em relação aos médicos sanitários, mas de pronto eu estou aqui à disposição para levar isso ao gabinete. Estou em contato com gabinete tentando já alguma resposta a respeito disso e assim que eu tiver, de pronto eu passo para vocês o posicionamento da Secretaria em relação a esses dois pontos que foram levantados. Estou à disposição.

A SRA. _____ - O processo já está na Casa Civil.

A SRA. AMANDA – Maravilha. Qual o número do processo?

(NÃO IDENTIFICADO) – Tenho, depois eu te passo.

A SRA. AMANDA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Gervásio, Presidente do Sindsaúde de São Paulo. Seja bem-vindo.

O SR. GERVÁSIO – Bom dia a todas e todos. Quero cumprimentar a companheira Juliana Cardoso, Vereadora da municipalidade de São Paulo; cumprimentar a Jane, Maria Elisa, Amanda, Ivan, os representantes do Governo que estão presentes neste auditório. Quero cumprimentar o Luiz Claudio e toda a direção do Sindsaúde que está presente: Roseli, Valéria, Silas, Salvador, Alexandre. Também cumprimento todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da cidade de São Paulo e todos os funcionários públicos da Saúde.

Quero agradecer esta oportunidade e relatar um pouco do processo que nós vivemos no Estado de São Paulo com o advento do processo da municipalização através do convênio SUS. Como já foi dito, nós tivemos muitos problemas em todo Estado porque nós tivemos municipalizados - são funcionários estaduais que estavam nas unidades estaduais que eram geridas pelo Estado de São Paulo em todos os municípios do Estado e que um processo da municipalização esses trabalhadores continuaram nessas unidades e foram colocados sob a gestão do Município.

É importante que todos saibam que o Sindsaúde tem uma história e um princípio, que são: a defesa do SUS na sua integralidade, a defesa do serviço público de saúde, o serviço público estatal, público. E dentro desse processo todos os protocolos do SUS tratam da questão da descentralização do serviço de saúde para melhorar a assistência e o atendimento a toda a população, de ter uma gestão mais próxima da população.

Então, nesse sentido, o Sindsaúde sempre defendeu esse processo da descentralização da gestão dos serviços de saúde. O grande problema é que com esse advento da municipalização esses profissionais de saúde foram colocados dentro desse pacote. No momento seria importante que continuassem naquelas unidades, pela experiência que esses profissionais tinham e pelo tempo de serviço que tinham naquele município e naquela unidade.

O grande problema é que a partir desse processo de municipalização do serviço de saúde, municipalizou-se também o profissional de saúde. Então, passou a ser um trabalhador e

uma trabalhadora que prestou um concurso para o estado de São Paulo, sendo gerido por vários municípios. Imaginem o tamanho do estado de São Paulo, principalmente aqui na Capital de São Paulo, que tinha um número de trabalhadores, até porque por ser a capital do estado e pelo tamanho da cidade, mais de sete mil trabalhadores naquele momento.

Os problemas começaram a aparecer a partir do momento em que o Estado abre mão de cumprir com suas obrigações com esses trabalhadores e essas trabalhadoras. Tudo pelo qual fazíamos uma luta e conquistávamos para os trabalhadores estaduais, os estaduais municipalizados ficavam de fora. Tivemos de garantir algumas questões através de ação judicial e outras não conseguimos conquistar. Então, o trabalhador estadual ficou sob a supervisão e a gestão dos municípios e cada município sabe que trata os trabalhadores de um jeito, cada município tem uma folha de pagamento diferenciada de outro município. Então, isso nos trouxe muitos problemas durante esse período todo.

Em 2003, tivemos um avanço aqui na cidade de São Paulo, que foi a conquista dessa gratificação de municipalização, não só a gratificação de municipalização, mas também a de equiparação. Só que essa gratificação ficou congelada por todos esses anos. Então, esses profissionais passaram a fazer o mesmo serviço, com toda a experiência que já tinham nos locais de trabalho, ganhando menos do que o trabalhador, tanto o estadual puro, como também os trabalhadores municipais.

Então, vocês passaram a ter perdas em relação aos próprios estaduais. Vocês prestaram o mesmo concurso, mas também passaram a ter perda relacionada com os trabalhadores municipais. Foi aí que desenvolvemos uma luta, um movimento desses trabalhadores e avançamos em 2003 com esse projeto de gratificação da municipalização e de equiparação.

Hoje, quero colocar aqui que, é claro que o projeto não tem a retroatividade, mas não podemos encarar que isso não seja uma vitória. Eu acho que hoje esses profissionais que estão aqui devem encarar isso como uma vitória. Claro que gostaríamos que pudessemos

avançar em alguns pontos nesse projeto, Juliana e todos os representantes do Governo.

Gostaríamos de avançar, que tivéssemos essa gratificação e que fosse mais abrangente, que abrangesse um terço de férias, o décimo terceiro salário e de fato fosse retroativo. Mas não podemos deixar de entender que isso foi uma conquista neste momento e temos de continuar unidos e lutando para que melhoremos essas questões.

Então, nesse sentido, eu quero aqui parabenizar esses trabalhadores, parabenizar a diretoria do Sindsaúde, principalmente a companheira Valéria; o Salvador e outros que se esforçaram muito fazendo esse debate aqui do Município; a companheira Selma, representando o conselho de saúde e a compreensão da própria gestão neste momento de entender a luta do Luiz Claudio Marcolino e da companheira Juliana Cardoso em trazer esse debate para dentro do Governo, para dentro da Câmara de Vereadores.

Vocês estão de parabéns, venho agradecer a luta de vocês por terem se esforçado todo o tempo. Digo que esses companheiros são muito valorosos, porque sempre abraçaram e sempre tiveram compromisso com a luta, tanto dos movimentos sociais, como também dos movimentos dos trabalhadores. Para avançarmos temos de ter exatamente essas duas questões: pessoas compromissadas com o projeto dos trabalhadores; a união dos trabalhadores e a mobilização; e a coerência, a compreensão de quem está governando para que as coisas avancem.

Então, nesse sentido, estou feliz de estar aqui hoje participando desse debate e quero dizer que tenho isso como uma conquista de que podemos avançar mais. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Passo a palavra para a companheira Selma, que também é uma batalhadora. Em relação ao conselho municipal, teve um papel muito atuante nesses últimos um ano e pouco, um ano e seis, sete meses, nessa questão do embate da reestruturação.

Quando tivemos essa vitória junto com o Ministério Público, mas também com esse

novo Secretário, que compreendeu um pouco o porquê dessa reestrutura, que não estava dialogando nem com os movimentos, nem muitas vezes com os territórios. Tiveram, então, esse pensamento de recuar nessa questão da reestruturação.

Então, queria falar com a Selma e dar todo o meu carinho para o conselho, pois depois disso não conseguimos nos encontrar e encontrar todo mundo, mas foi uma vitória.

Selma, a palavra é sua.

A SRA. SELMA - Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar, quero agradecer aqueles guerreiros e guerreiras, municipalizados e municipalizadas, que não estão mais entre nós e fizeram parte dessa luta. (Palmas)

Essa luta começou há muito mais tempo, lá atrás. A partir do momento, como já foi discursado aqui, da municipalização, nós, trabalhadores e trabalhadoras municipalizados, ficamos órfãos de mãe e de pai, porque na hora de prestar o serviço é o municipalizado. (Palmas) Na hora de receber os bônus, ou são as OSs ou é o município e nós, mais uma vez, ficamos de fora.

Então, quero parabenizar todos e todas por essa conquista. É só o começo, isso se chama ocupar e resistir. É o que vocês estão fazendo até agora, juntamente com o Sindsaúde. Vocês confiam no Sindsaúde. Eu quero agradecer por isso e nós, da direção, queremos agradecer pela confiança que vocês depositam ao Sindsaúde e dão a resposta. Quero agradecer a Mesa, a minha Vereadora Juliana Cardoso, que uniu outros espaços.

Nossa luta continua nessa questão da reestruturação. A questão da reestruturação, Juliana Cardoso, estamos discutindo agora, no Plano Municipal de Saúde, no Plano Anual de Saúde, o RAG – Relatório Anual de Gestão, nós ainda estamos discutindo a RAG de 2017. Provavelmente, agora, o Governo vai apresentar o quadrimestre, o segundo quadrimestre.

E aí qual é a questão do Governo? Pela 141 o Governo pode investir 17% na Saúde ou até mais. Mas o que a gente tá sentindo aí é quanto menos quiser investir, e ele vai, mas a gente tem que resistir, como nós estamos resistindo na questão da reestruturação.

Inclusive, amanhã, a nossa pauta é uma extraordinária.

Outra, em momento nenhum o Governo falou de concurso público, e nós temos que garantir o SUS, que é nosso, é patrimônio do povo. E será através de concursos públicos, nós temos que ter concurso público! (Palmas) Em momento nenhum isso está na RAG, está no PPA, está nas metas do Governo e no Plano Municipal de Saúde. Então nós temos que garantir concurso público! Que seja regime único, regime jurídico único!

Uma das coisas que eu quero colocar é que os nossos profissionais dentistas e sanitaristas, que eles não sejam empecilho para o Prefeito sancionar esse documento, que nos pertence, que é da luta de cada trabalhador e de cada trabalhadora municipalizada! (Palmas) Só quem está na base sabe o que passa nessa reestruturação.

Eu tenho um exemplo claro: a unidade Vila Barbosa, eu acompanhei como Conselho Municipal de Saúde. Eu e a Valéria, éramos cinco trabalhadores; três meninas tanto da área técnica quanto da administrativa; e me parece, eram dois médicos. Vocês sabem o que fazia Gestão? Vocês tem que sair, não adianta ficar aqui! Aí eu e Vavá: fomos lá para dentro e falamos: elas vão continuar aqui. Aí, daqui a pouco, continuou: olha, agora vai vir eleição - e isso disse a gestora da Vila Barbosa, se quiser dou o nome dela, Dra. Márcia. Aí ela pressionando esses trabalhadores e essas trabalhadoras, pra saírem de lá de todo jeito. E essas trabalhadoras, como tantas outras, foram guerreiras. E estou citando o Vila Barbosa, na Casa Verde, porque nós acompanhamos de perto. Fomos lá pra dentro, justamente como usuária, com a conselheira, com a Sirlene, da região norte. E na reestruturação um dos companheiros foi também para linha de frente, o Silas participou na região Oeste, no Jaraguá, aonde a Gestão queria enfiar goela abaixo o que eles pretendiam para a população, como se a população não tivesse discernimento!

Olha, chegamos nesse impasse – não é vitória total, vai ser total quando for implementado o de 2019, 2020 e 2021. Porque de 2018, até agora, não se implementou nada. Daí a importância de cada um dos senhores participar dos conselhos gestores de unidade, isso

é importantíssimo.

Mais uma vez, quero agradecer a Vereadora Juliana por estar conosco, por ser mulher, por ser guerreira, estar na luta, e nos defender em todos os espaços.

Quero falar da companheira, da conselheira Neide da Associação dos Dentistas, que também é guerreira, que luta com a gente, que está no conselho. Só tenho a agradecer.

Parabéns a todos e a todas.

Muito obrigada e vamos à luta!

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, vocês não estão querendo falar? Ninguém se inscreveu. (Pausa) Pode pegar o microfone, e aí quem quiser falar, vem aqui depois, aqui pertinho do microfone, por gentileza, se apresente porque nós estamos gravando.

Eu não sei, a doutora vai querer falar por conta da questão dos dentistas? (Pausa)

Tem a palavra Kátia, Dalva e a senhora depois se apresente.

A SRA. KÁTIA – Bom dia. Sou do Centro de Práticas Naturais de Guaianases.

Eu preciso contar uma coisa que aconteceu. Eu gostaria que não fosse só para os municipalizados, mas também para a Secretaria do Estado da Saúde e do governo do Estado, vocês podiam levar essa pauta da gente pra lá? Qual que é a questão? É assim: eu queria saber qual a viabilidade em termos de projetos de lei, para que um funcionário que começou no básico, uma pessoa simples, que começou na Prefeitura, no Estado, estudou, prosperou, se esforçou, prestou concurso, passou - como foi o meu caso – assumiu, mas que não pode ficar porque no nosso Estado, na Prefeitura, no nosso serviço público, o serviço classista. Ele me lembra sobre o sistema indiano de castas, você entrou, você fica naquilo, não importa o que você fez, você não ganha nenhum tipo de bônus por isso. Você utiliza tudo que aprendeu, se dá para o outro, mas você não tem nenhum tipo de benefício, você não pode mudar de secretaria porque há muitas coisas que são afins...

Eu trabalho no Centro de Práticas Naturais, nós trabalhamos com educação

comunitária, nós trabalhamos com o atender o outro, a se colocar no lugar do outro com educação social. São várias coisas que são afins com outras áreas da Educação, e eu fiz Educação, fiz o Serviço Social e também fiz História e Artes que uso muito no meu serviço, e eu não ganho R\$ 1,00. Eu sou lá uma auxiliar de enfermagem, eu prestei um concurso, eu passei para o Estado, eu assumi a vaga, eu fui avaliada como uma excelente funcionária na minha qualificação, nos dois empregos, mas eu não pude ficar porque não entrei no Estado em cargo de superior, nível de terceiro grau. Por isso, eu tive que sair.

Eu acho que tem que mudar essas leis. Qual o problema de um funcionário que entra numa empresa, que prospere com seu mérito, estuda, por que não pode mudar de função como numa empresa particular? Não é isso que querem com a privatização? Eles estão buscando isso com a privatização, podem fazer com a privatização e ganham muito mais, mas nós não temos esse privilégio, de estudar, de sonhar que a gente pode pegar outro cargo e pode até conciliar, se você tem tempo! E numa coisa assim que a gente tem que pensar porque tem muita coisa errada. A nossa estrutura é arcaica, antidemocrática, impossibilita a pessoa de começar de baixo e prosperar e ir atrás daquilo que acredita. O sistema poderia dar a ela essa oportunidade.

Gostaria que os nossos Vereadores, que o nosso Sindicato levasse essa questão: por que uma pessoa não pode começar de baixo na rede pública e chegar ao topo? Por que não pode mudar de Secretaria se as áreas são afins? O grande problema da nossa sociedade é que as secretarias não dialogam, funcionam como se fosse um sistema de casta, fechado, indiano. Se fosse bom a Índia não seria o pior país do mundo para se viver.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Kátia. Tem a palavra a Sra. Dalva.

A SRA. DALVA – Bom dia. Eu sou assistente social da UBS Burgo Paulista. Eu tenho uma dúvida, nós temos dúvida com relação à estruturação.

Uma vez que o Ministério Público, com sua atuação muito louvável, pediu que a Prefeitura parasse com os fechamentos, que reabrisse as unidades que foram fechadas, eu gostaria de saber por que, lá na nossa unidade, ainda correm rumores de que nós sairemos, de que nós seremos remanejados? A população local tem feito abaixo-assinados. As líderes se encontram num impasse sem saber para onde se direcionar com os abaixo-assinados. Nós estamos meio que perdidos, e esses rumores continuam e a gente não sabe muito bem o que fazer. A gente está sendo constantemente observado, nós não podemos conversar com as pessoas que estão na liderança da comunidade, não sabemos que fazer.

Nós sabemos que a UBS, com a reestruturação, que a nossa UBS seria atendida pela UBS mais próxima, que é a Três Marias, a equipe de estratégia atenderia a comunidade de Burgo Paulista. Está sendo dito - eu tenho até medo de falar e sofrer mais perseguição - que os médicos e nós, que somos funcionários públicos, seremos remanejados pra essa UBS próxima, que na estratégia estaria atendendo os pacientes da nossa unidade.

Quanto a essa fala, nós temos as líderes para confirmar, essa é fala da comunidade local. Nós não sabemos o que fazer.

Então, nós, funcionários, estamos apreensivos, esperando e não sabemos o que fazer, como agir, como orientar a população. Eu gostaria de obter uma resposta.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Dalva.

Agora é a Veronice. Por favor, apresente-se. Em seguida, Sônia Bezerra.

A SRA. VERONICE – Bom dia a todas, a todos da Mesa. Eu sou especialista em Saúde Pública, trabalho na Covisa e trabalhava também para Município de São Paulo.

O que vou falar aqui acredito que todos saibam, mas é bom sempre se lembrar de que quando teve a lei que nos municipalizou, eu trabalhava numa unidade do Estado. Lembro-me que eu fiz uma reunião com a minha equipe, com todos da equipe, falei que era uma coisa boa, que a descentralização estava dentro da Constituição e que jamais seria ruim. E qual foi o

meu espanto? O meu espanto foi eu mesma perceber o quanto foi ruim para nós que éramos funcionários estaduais. Nós ficamos sem pai, sem mãe, com trabalho, sendo o tempo todo confrontado, achando que quem era do Estado já não sabia mais nada, esqueceu tudo.

Então o que eu quero falar para vocês é o seguinte: nós trabalhamos muito, nós tivemos campanhas, eu acredito que todos saibam, pois estou falando pela área da Saúde. E se não fosse a participação dos municipalizados, nada teria andado para frente. Foram momentos difíceis, eu não sei quantos aqui trabalharam na campanha por conta da febre amarela, e o que nós recebemos? As pessoas não falavam pra gente: olha o seu trabalho foi bom, muito pelo contrário.

Acho muito injusto, apesar de que eu entendo, mas é injusto, a gente não estar recebendo esse retroativo, sendo que nós trabalhamos, sendo que nós estamos o tempo todo, do lado. Eu, pelo menos, sou uma funcionária que não falta nunca, eu trabalho na Covisa, eu estou na parte técnica orientando todos que lá estão, na base, pra que o trabalho seja eficiente.

Eu gostaria que o município de São Paulo lembra-se da Constituição, lembra-se de que nós estamos fazendo parte de uma coisa maior, de uma coisa que foi pensada e que seria boa para as estruturas de Saúde. Eu sei que a Educação ainda não fez esse pacto para municipalizar seus funcionários, até porque há a experiência da Saúde e viram que, pra nós, não foi boa.

A gente teve funcionário – e falo com conhecimento - há pessoas com depressão, pessoas que ficaram muito tristes. Pensa num gestor lidar com isso, sendo que ele sentou, fez uma reunião e falou que seria bom e não foi. É por isso que eu estou falando.

Eu acho que tem que ser repensado, acho que tem que ser visto com mais carinho e nós temos direito, sim, ao retroativo. Já que não temos como participar de nada, você não tem um DA, você não tem direito a fazer um plantão, você não tem direito a muitas coisas dentro da Prefeitura, você tem direito o quê? Você tem direito de trabalhar! Ok? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Na verdade, eu falo que é mais a

obrigação de trabalhar, são só os deveres, e os direitos eles ficam, às vezes, suspensos. Às vezes, não, sempre suspensos!

Tem a palavra Sônia Bezerra. Já peço para o Salvador ficar aqui perto.

A SRA. SONIA BEZERRA – Sou auxiliar de enfermagem, trabalhava em uma UBS quando entrou a OS. Essa OS achou por bem nos dispensar. Fui trabalhar em outra, só que mesmo municipalizada, nós pertencemos à UBS anterior.

É assim, várias progressões aconteceram no Estado, só que para nós, municipalizados, eu nunca recebi uma progressão. Eu estou há cem anos na mesma letra, não subi nada.

Eu também trabalho com outro vínculo, no Estado, no Hospital Pinel. Lá tenho a metade do tempo e já progredi três letras. No Município, que eu tenho 30 anos e não houve progressão nenhuma.

Então gostaria que o sindicato procurasse nos ajudar porque eu não sei para onde vão essas letras... Vão para o pessoal de fora, e para nós, municipalizados, nada. Há 10, 15 anos – nem sei mais - eu não recebo uma letra, que não recebo um reajuste referente à progressão.

Então é só isso.

Obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. Estou achando que tem mais perguntas para o sindicato.

Tem a palavra Salvador, e eu queria pedir para o Wagner(?) já ficar pertinho.

(Pausa)

Saudações corintianas!

O SR. SALVADOR – *Tamo* junto! (Risos) Bom dia, Mesa. Bom dia a todos trabalhadores municipalizado.

Estamos muito felizes por essa grande vitória. Essa foi uma vitória que a gente sangrou mesmo. Os municipalizados sangraram. Estou vendo vários companheiros que estiveram com a gente nas mesas e sabem o que passamos: nervoso, revolta por não reconhecimento. Mas chegamos lá. Sabem por que isso aconteceu? Porque houve uma organização de todos trabalhadores. Os trabalhadores quando se mobilizam, arrancam, conquistam. Esse brilho nós estamos perdendo na luta do dia a dia.

Quando o Sindsaúde convoca os trabalhadores para virem à assembleia, temos de vir em massa para a luta. Vocês sabem exatamente o que passaram.

Quero agradecer a Vereadora Juliana, o Luiz Claudio, que está sempre com a gente, o Presidente do Sindsaúde, Gervásio, a nossa vice-presidente Cleonice e a toda a direção do Sindsaúde porque todos se empenharam para essa grande conquista. A luta continua. Vamos ter que continuar mobilizado. Tem o retroativo para a gente arrancar. Vamos arrancar o retroativo com luta. (Palmas).

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Vagna.

A SRA. VAGNA - Eu sou enfermeira, sou lotada na UBS Moinho Velho, porém presto serviço na Secretaria Municipal de Saúde, como emprestada na municipalidade e trabalho na auditoria lá.

Mesmo estando longe do front onde já estive, eu sei o quanto é difícil. Imagine vocês eu dentro de uma Secretaria onde todos os meus colegas com a mesma qualificação que eu sorrindo que recebeu 3x a mais, recebi tudo a mais. E eu lembrando 2002 quando a gente assinou os papéis da nossa municipalidade e que automaticamente fomos punidos em oito anos sem o nosso prêmio incentivo do Estado. Quem é que não se lembra disso? Muito triste lembrar-se disso.

Na realidade parece que a municipalidade veio com uma punição e a nossa gratificação da municipalidade só veio em 2004 quando finalmente nos enxergaram. Alguém do Município falou: “Poxa, tem os municipalizados.” Quando trocou a gestão, cortaram a nossa gratificação de municipalidade. Temos de lembrar tudo isso para festejar hoje, porque hoje é uma festa. Então, depois de ter a gratificação cortada, quando finalmente nos pagaram, pagaram a metade. Então, você recebia 600, então você passa a receber 300. Você recebia 1200, você passa a receber 600. Viva com isso. E você é igual ao outro. E aí a gente tem como municipalizado 500 mil avaliações. É duro ter que prestar a cada dois meses um papelzinho para poder garantir o seu salário. É humilhante isso. É humilhante.

É humilhante demais você trabalhar, não faltar, e ainda assim ter que se garantir no emprego, mostrar que está presente, você não pode faltar. O municipalizado - acho que todos vocês sabem disso por que vocês vivem isso - a gente não pode faltar no emprego porque todo mundo já fala “ah, faltou por quê?” Se é um municipal, ninguém fala nada. Você tem abonada. A gente também tem abonada, mas a pessoa esquece que a gente tem abonada. A gente tem uma abonada e o CLT não tem. Como conviver e administrar algo “inadministrável” com o RH?

Estão presentes a Jane a Elisa, que lutaram junto conosco. Agradeço muito a elas por lutarem por nós. Essas duas pessoas aqui lutaram por nós. (Palmas).

É a nossa garantia hoje. “ah, não recebi o retroativo”. A gente vai atrás do retroativo, viu Jane, viu Elisa. A gente vai atrás do retroativo. A gente merece o retroativo. A gente precisa do retroativo. (Palmas).

O que foi nos dado hoje que foi garantido ontem a gente sabe muito bem que o enfermeiro com o que estão pagando não é igual ao do enfermeiro municipal. Eu sinto muito, mas não é. Assim como o do dentista também. Nossa, o dentista nem se fala. Fora as outras categorias que estão no nível médio e que também estão sofrendo. Eu sei muito bem o quanto é receber aquilo que o Estado paga. E tem que ser o supimpa da unidade porque se você não for, já rotulam “É do Estado, é municipalizado”. Eles mal sabem o quanto a gente sofreu nas

nossas unidades, o quanto que a gente sofreu para por para cima as nossas unidades estaduais, na época que eram estaduais.

Estávamos lembrando que a gente colava papelão para poder fazer a capa do prontuário. Quem viveu isso? Então, hoje aqui é uma vitória, pequena, mas vitória.

Agradecemos a todos por terem nos ouvidos e sermos vistos como pessoas porque a gente era invisível. Ser invisível é péssimo. Nossos chefes pensam que temos problema de cabeça. Não é, fizeram a gente com problema de cabeça. Todo mundo é psiquiátrico, rotulam.

O cara do teu lado ganha três vezes, quatro vezes mais e joga na sua cara isso todos os dias. (Palmas).

Quando a gente vai falar de OS, é pior, é muito pior. Mas quem está no front é o coitado do municipalizado. Coitados não, não somos coitados. Somos gente como todo mundo e devemos ser tratados como gente. Sermos enxergados na evolução, sermos enxergado na hora de fazer um curso. É difícil. Municipalizado não faz curso não. O chefe não quer dispensar o municipalizado, ele dispensa o municipal, mas não dispensa o municipalizado. Isso é difícil.

O DA podia ser pago para o municipalizado. Por que não? “Não, só se for um capuro junto”. E o Capuro, já viu, né? Bom, agradeço a todos, me desculpem os colegas, mas hoje é um grande ganho para nós. Vamos comemorar o que conseguimos. E deixamos para depois o que vamos querer que é o retroativo e, novamente, as outras coisas que precisamos. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bom Vagna, acho que a podíamos ter posto a Vagna para falar desde o início, dar o pontapé início. Agora, é o Gilson e já vou pedir para a Araci, que é a próxima, ficar aqui do lado.

O SR. GILSON – Bom dia a todos e a todas, aos companheiros de luta. Eu já fui contemplado em 50% pelo Salvador e pelo 50% por essa moça que acabou de sair. Mas não posso deixar de agradecer, primeiramente, nossa companheira Vereadora Juliana Cardoso que, logo quando começou a tal da municipalização e a entrada de OS, principalmente a Santa

Marcelina – minha área -, ela não deixou a gente de lado. Sempre esteve na luta, foi nas unidades uma por uma explicar os prós e os contras da saída e da entrada das OSs. Resumindo, uns ficaram, outros saíram.

Quero agradecer a companheira Elisa, não é porque está no Governo, mas essa companheira lutou lá. E, nas mesas de negociação, a gente perguntava: “E aí, Elisa, vai ou não vai? Anda ou não anda? Quando é que vai” e ela dizia: “Está indo”. Agradecer a ela. E também à Claudia, que não está aqui, mas deixo meus agradecimentos a ela também. Ao companheiro Gervásio, nosso Presidente do Sindicato, que também não nos deixa na mão em hipótese alguma. Também agradeço meu companheiro Deputado, que vai ser Deputado, com certeza, não sei se pode falar. Deixo meu agradecimento a ele. Um obrigado à companheira Selma.

Quero dizer uma coisa, Vereadora Juliana, que é o seguinte: os contratos das OSs têm um tempo para aumentar as taxas de TA, os Termos Aditivos, eu gostaria de saber de você, na Assembleia Legislativa, o Carlos está tirando uma CPI delas, essa Casa não tem como conjugar com a Alesp, e fazer também o rastreamento nas contas das OSs. (Palmas)

Sobre isso, tenho a leve impressão que o Prefeito, a Prefeitura, está à mercê das OSs. Está preso às OSs. Que se as OSs saírem, todo mundo vai ficar à deriva. Seria outro tipo de atendimento. E não pode ser, porque antes das OSs entrar, quem tomava conta da Saúde éramos nós, funcionários municipais e estaduais, certo? Essa é minha questão. Muito obrigado a você, mais uma vez. Obrigado pela aprovação do projeto e, agora, vamos entregar ao Bruno Covas para que ele sancione, e eu já receba agora, dia 3 do mês que vem. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sra. Araci, próxima. E eu já pediria para a Leocádia para ficar aqui perto, pois fala em seguida.

A SRA. ARACI – Bom dia a todos e a todas, sou Araci. As duas ali, a gente já se bateu bastante, a Elisa, na mesa de negociação, nos ajudou para caramba, tanto no Governo Serra-Kassab, quanto no Governo Haddad, deu cobertura, nos ajudou em uma série de coisas, não posso nem abrir a boca para falar, e da Jane também. Sem mérito, para não dar justa

causa para nenhuma das três. (Risos) Sou trabalhadora da área da saúde mental de São Mateus, estou Diretora do Sind, na Secretaria de Aposentados.

Na figura da Juliana cumprimento toda a Mesa, ela me permite, essa atividade é extremamente rica e importante para nós. De você estar olhando no olhando, trazendo as nossas dificuldades e ter uma coisa, ter quem não só nos ouça, mas nos escute e encaminhe, porque ouvir a gente ouve, escutar é mais difícil, demanda um tempo maior, aí eu posso puxar a sardinha para a minha formação em Psicologia.

Então, essa questão da reavaliação da gratificação de municipalização não é só a gratificação de municipalização, tem a de compatibilização também e um dos profissionais mais prejudicados foi o assistente social, por não ser reconhecido enquanto trabalhador da área da saúde, mas sim do Município como um todo.

Fechamos esse acordo quando foi feito o reenquadramento. A Melissa vai falar do reenquadramento – a Neide está aí, a gente briga muito em cima disso – do trabalhador da saúde municipal. A partir de julho de 2016 já era para estar sendo pago o reajuste da gratificação, porque basta ir às atas da mesa de negociação do Município que isso está bem explicitado. Nós temos isso, é só resgatar tudo isso que está explicitado. A partir do momento que se pagasse o retroativo dos aposentados, que era um valor maior, a partir de julho já deveria ter sido encaminhado à Câmara.

A discussão foi feita junto com o Padilha, foi encaminhado e teve alguns bloqueios a nível de Governo. Aí é questão financeira, mas poderia ser para o exercício seguinte, o que nos foi colocado. Depois, mudou o Governo e começamos a nossa mesa de negociação com a Valéria, presente, começou-se a rediscussão disso. Então, isso tem de ser resgatado – a Juliana está bem a par disso – a gente instrumentalizou, a assessoria dela, o Joãozinho, acompanha isso conosco direto. Então, há a preocupação.

Agora, peço, tanto para a direção de RH da DIR, Monitoria da CRH, como para ambas as Prefeituras o seguinte: nós precisamos cuidar da vida funcional do trabalhador

municipalizado. Ela se perdeu. (Palmas) E eu falo por mim, porque estou atravessando um momento, a nível de Município, onde está faltando diálogo entre o Estado e o Município, estou há quatro meses sem receber salários. Isso por causa de uma defesa da região da RES(?) contra a reestruturação dos serviços em São Mateus.

Fiquei sabendo que a diretora da unidade será colocada à disposição e a gente entende. Por quê? Pelo trabalho lindo que está fazendo na unidade, pelo suporte que está dando a minha pessoa, ela está sofrendo a mesma punição. E olhem, ela é da gestão, eu falo para a Fabiana, que é como ela se chama. Falo: “Fabiana, não morro de amores por você nem você por mim, mas queremos as coisas direitinho”.

Então, estamos atravessando a falta de diálogo entre a DRS e o Município, área de RH. E isso vai ficar na Secretaria? Não pode. Não está chegando, se chega à coordenação, não chega à supervisão e muito menos para os gerentes nas suas unidades. Então, a situação está de um certo modo assim: fui buscar saber da minha ficha funcional. É claro que os deixei doidos, né? Estou deixando, porque 30 anos de trabalho... A ficha não está, você não acha as coisas. Você fala: “Olha, mandei isso, mandei aquilo, a Secretaria mandou esses documentos, está tudo aí”. Não se encontra nada.

Então, pedi para alguns trabalhadores pedirem vista à ficha funcional. Disseram: “Nós não damos vista”. Então, tem de ir à DRS 1. Na DRS 1 tem uma proibição verbal, “telefônica”, sei lá, de que o trabalhador não deve ir lá cuidar das coisas. Para mim, não tem mesmo, tem de cuidar da unidade, supervisão, coordenação, eu sou da Coordenação Leste e posteriormente ir à Secretaria para depois cobrar da DRS. Esse diálogo não está existindo. A gente poderia facilitar, e como falaram aqui, eu me esqueci o nome dela, quando foi implantada a municipalização, foram feitos vários diálogos e o RH tinha um acordo. Começou a funcionar, mas de um tempo para cá você não tem essa informação mais detalhada.

Agradeço de coração a muita gente que eu amo de paixão e que eu enchi o saco. Têm várias pessoas, estou vendo a Goreti aqui, que não via, estou vendo o Simplício. Dirceu, é

lá fora, depois a gente conversa. Então, tivemos dificuldades com as OSs de implantação em algumas unidades, inclusive tem uma no Ministério Público, no início, por falta de diálogo. Mas, hoje têm alguns lugares que estamos conseguindo dialogar. Não é o que queremos, mas estamos conseguindo dialogar, a Valéria traz isso, o Salvador, a (?) traz isso, que são os nossos diretores regionais. Eles dizem que está havendo diálogo e temos de ir sempre no confronto.

Queremos que a mesa de negociação funcione adequadamente, às vezes teremos assuntos pontuais, a mesa continua, mas a gente encaminha pontualmente. Então, a porta de vocês estará “toque-toque” o tempo inteiro. Eu agradeço, gente, um bom dia a todos e todas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem, Araci, aprendo muito com essa moça. Tem a Leocádia, que vai falar agora, a Miriam, a Margarida, o Silas e a Valéria. Alguém mais vai se inscrever ou podemos fechar na Valéria? *Okay.*

A SRA. LEOCÁDIA – Pessoal, eu nunca fiquei assim num microfone, uma plateia tão linda e numa ocasião assim tão especial. Eu sou Leocádia, sou enfermeira, estou um pouco rouca de tanto trabalhar ontem, sou da UBS AMA Integrada Geraldo da Silva Ferreira, no Jabaquara. A estrutura física do Geraldo é uma fofura.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Leocádia, só um minutinho. Eu sei que estamos com muitas dúvidas ainda no projeto, mas peço para diminuir um pouquinho ou falar mais perto do ouvido do companheiro para podermos escutar bem. Pode falar.

A SRA. LEOCÁDIA – Eu vou contar um pouco do que vivi e de quando estou aqui, desde municipalizada. Entrei no Estado no ano de 2000 e depois fomos municipalizadas e o nosso holerite se concretiza nisso aqui. Eu sou enfermeira e o meu holerite se concretiza nisso aqui. (Palmas) Essa é a gratificação pela municipalização, 361 reais.

Trabalho como enfermeira, tenho muita dificuldade de trabalhar na UBS agora que fui integrada junto à SPDM. Eu não estava na lista de funcionário, assim como uma psicóloga,

descobri isso semana passada. Estou lá desde 2015, fui fazer um curso – coincidentemente vim com essa blusa, gente, e eu lembrei – isso é traumático. Eu entrei na Psiquiatria. Eu ia fazer curso, a chefia falou “não”. Interrompi o curso, fui fazer dança circular para ajudar o paciente a melhorar tudo na comunidade e fui interrompida no curso. Fui fazer um curso de vacina, “não, eu preciso de você aqui na UBS, pode deixar de fazer o curso”. Foram várias ocasiões e a gente não tem nem curso para fazer. Todos da SPDM têm todas as rotinas, todas as atualidades, tudo, tudo na mão e a gente lá: “você agora vai entregar fralda”.

Eu sou uma enfermeira. Toda segunda-feira a gente entrega fralda, 150 pacientes na UBS. Eu os trato com muito prazer e todos me procuram, tem uma demanda grande lá. Eu estou num trabalho de AD, para quem não sabe, AD é aquele programa de melhoria em casa dos pacientes acamados menos graves, grau um. A equipe se resume assim: eu e um médico. Isso não existe, esse trabalho. E eu tenho de dar conta de 60 pacientes acamados. Trabalho com o 99, com o meu celular e com a minha internet, senão não consigo ir do Geraldo até o Aeroporto, que é a nossa área de abrangência. Eu pago para trabalhar.

Vim numa remoção do Ipiranga, porque eu queria ficar perto da minha casa, para trabalhar perto da minha casa. Infelizmente, eu concordo com você, para não gastar, eu não tenho dinheiro para andar de carro lá do Ipiranga ao Jabaquara. *Okay*, comecei um trabalho legal, difícil. Difícil, difícil. Semana passada chegou um familiar do paciente e falou assim: “Leocádia, você não é mais enfermeira? Cadê aquela sua potencialidade, que não existe mais? Você não está indo mais nos visitar? Você agora só entrega fralda?” Duas famílias foram me questionar.

Chamamos a coordenação, a responsável, que é a Simone, da Suvis Jabaquara/Vila Mariana, conversamos e pedi para sair de lá, porque trabalho do outro lado da rua, vou a pé, tenho a maior facilidade. Ela disse: “Ah, você pode trabalhar na Saúde, na sala de vacina”, “Ah, você pode ir lá na UBS Freud, arruma um serviço lá para você, vamos ver”. A minha chefia – é uma gracinha a chefia da SPDM, supergraciosa, superatenta e está num

trabalho bem intenso para melhorias mesmo da UBS – mas, o que eles fazem? Eles vão só atrás de produção.

Tinha três colegas que montaram duas equipes de PSF – Programa de Saúde da Família. Mas, uma colega é reabilitada e não pode fazer VD, a outra colega fica só no administrativo vendo todas as planilhas das produções das OSs que tem de ter no dia. É o primeiro mês dessas equipes, que estão sendo implantadas. Consigo me inteirar das coisas assim, tem reunião, a Leocádia não está, tem esse acontecimento, a Leocádia não está. Descobri semana passada que eu não estou na lista de funcionários, tanto eu, quanto uma psicóloga da UBS.

A psicóloga é uma gracinha, faz um monte de trabalho de grupo. Fazemos um trabalho maravilhoso, trabalhamos muito junto com o Dr. Alex, que também está lá e tudo se resume assim: ir com a Leocádia aquele paciente que não tem produção, que não pode pegar o cartão SUS e jogar na produção. É assim que eu trabalho lá. Então, tem um paciente que não pode constar como consulta, vai com a Leocádia. Então, é muita clientela, são muitos os pacientes que vêm nos procurar e eu não venço. “Ah, vai com a enfermeira, ela é da UBS”. Não tem integralização nenhuma.

As colegas estão desesperadas, porque esse mês elas não vão atingir a meta, cada uma está com 46%, nem 50% do que tem que fazer 100% da meta, 80 não sei. Estou desesperada porque amanhã é o último dia do mês, então tem de buscar paciente, paciente, paciente, de hoje para amanhã para conseguir a meta, e é tudo em cima de meta. Gente, é traumático ficar falando tantas coisas, mas é muito triste a minha vida que vivi de municipalizada até então.

Eu só lamento, estou trabalhando, na verdade pagando para trabalhar, mas estou satisfeita do que eu faço, porque vejo que o que realizo é gratificante, e eu estou trabalhando com o paciente que precisa e o meu perfil é esse. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Às vezes, a audiência pública é

interessante porque você fica enxergando de uma forma mais profunda, dentro da unidade, que às vezes se fala, mas a audiência serve muito para poder, também, divulgar isso, pois, além do que estamos falando aqui, vai sair no Diário Oficial, estamos gravando, e tenho certeza que as pessoas também se colocam assim. Acho que a audiência vai servir também para podermos acertar algumas coisas.

Queria que a Elisete, Chefe de Gabinete, assessora da Vereadora Patrícia Bezerra que é a Presidente dessa comissão; também estava o assessor do Vereador Natalini; não sei se há assessores de outros Vereadores que estão aqui na comissão, que venham e, agora, queria chamar a Míriam, que já está ali, posicionada para se apresentar.

A SRA. MÍRIAM – Bom dia, meu nome é Miriam, sou auxiliar de enfermagem. Entrei no serviço público do Estado quando o Sindsaúde estava começando e tinha um representante em cada unidade, eu era do Madalena, onde tinha o Salvador, um pessoal com o qual saíamos, o José Roberto também, para representar o sindicato para explicar o que era, nas unidades.

Hoje, quero meu plano de carreira, porque eu entrei como auxiliar, fiz o técnico, fiz o curso superior e aí? Estou cobrando do sindicato o meu plano de carreira. É uma cobrança. Outra coisa: quero levar o meu recebimento de hoje, mesmo sabendo que ele não é igual ao do meu companheiro, da Prefeitura, que trabalha comigo lá na unidade, eu quero levar para a minha aposentadoria. (Palmas)

Como eu vou fazer? Estou cobrando! Mesmo com artrose, com uma cirurgia de coluna recente, eu estou aqui disposta a lutar e a trabalhar, mas eu tenho o sindicato para me orientar. Eu estou querendo uma orientação do sindicato, estou querendo que o sindicato me procure para lutarmos, para ir à luta, eu quero levar para minha aposentadoria, sabe por quê? Porque aqui tem uma colega de trabalho, e eu estava comentando com ela, é minha vizinha, eu disse: “Eu tenho de comprar meu remédio, que está mais de mil reais, 1,2 mil, como eu vou fazer?”. Foi ou não foi? Eu te encontrei na rua, eu não estava falando isso? (Pausa) Eu andei

procurando no SUS, e não tem. Então quero levar meu recebimento de hoje, mesmo que não esteja dando nem para comprar meus remédios, eu quero ele no meu hollerith, quero receber na minha aposentadoria. Estou disposta lutar.

Por isso, venho cobrar do sindicato. Quero saber como eu tenho de fazer, mesmo não estando em condições físicas, eu quero lutar, quero isso no meu hollerith, na minha aposentadoria que está próxima. Desculpem o desabafo. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora vamos ouvir a Roseli e, em seguida, o Silas, a Valéria e a Neide. E daí finalizamos os inscritos, para poder voltar à Mesa.

A SRA. ROSELI – Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso. E também cumprimentar todos os presentes.

Eu me inscrevi, na verdade, para falar, pois tenho observando alguns pronunciamentos de como nós fomos tratados como funcionários públicos. Quero dizer a vocês que isso é no Estado todo, não é uma prerrogativa de quem é municipalizado. Essa forma de nos tratar, nos menosprezando, essa forma de nos imputar a deficiência de gestão do Governo é própria do Estado.

Mas tem uma saída para todos nós, mesmo. A saída é a gente se unir enquanto funcionário público, independente se somos estaduais ou municipais, se somos da enfermagem, se somos da detenção. De que lado estamos? Estamos do lado do povo. Estamos do lado do trabalhador.

O Sindsaúde está à disposição de toda sua categoria, a luta para combater o assédio moral causado no funcionalismo é no Estado todo. A gente vem fazendo essa luta e mostrando para vocês qual é a saída: a saída não é no individual, é na construção do coletivo, é na discussão das políticas públicas, é na gestão que vai se apropriar do Município e do Estado nos próximos mandatos.

Se vocês prestarem atenção, em todos os equipamentos estaduais os funcionários têm a mesma fala, porque é uma forma de governar, governar oprimindo a classe trabalhadora,

e a gente só vai vencer quando nos dermos as mãos, quando abraçarmos esse Estado e dizer: o SUS é nosso, o SUS sou eu que faço no dia-a-dia, essa população é cuidada por mim. Quando nos apropriamos disso e defendermos os nossos locais de trabalho, o sindicato está dentro de nós, está junto conosco, está no nosso dia-a-dia de trabalho, não precisa dizer: “Olha eu quero que o sindicato tome conhecimento”, nós já sabemos disso.

Nossa luta é para mostrar a vocês que se abraçarmos todo nosso equipamento de trabalho, se abraçarmos a política que o sindicato faz, se valorizarmos essa ferramenta que é de vocês, nós saímos desse patamar, a gente sai e constroi um SUS com qualidade, prestando serviço para a população, valorizando o trabalhador e valorizando o que é de mais sagrado: a saúde pública. É só isso pelo que me inscrevi para falar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O Silas e, em seguida, a Valéria.

O SR. SILAS – Bom dia a todos e a todas. Eu já me fiz contemplado em diversas falas aqui, mas, uma vez inscrito, pensei vou falar, já estou inscrito mesmo.

Primeiramente, quero parabenizar todos vocês, trabalhadores que estão aqui, porque como a Roseli acabou de dizer, essa luta é nossa, nós só vamos conseguir avançar se houver esse tipo de mobilização, esse tipo de luta.

Quero também parabenizar e agradecer a bancada parlamentar que nos apoia nessa luta, porque a gente sabe que se estivéssemos lutando sozinho também não teríamos força suficiente criar esse embate com o Governo.

Perdão, seu nome? (Pausa) Amanda disse ali agora há pouco, quando se apresentou que foi um equívoco por parte do Governo essa questão da gratificação. Eu discordo viu Amanda, eu entendo que, na verdade, é uma política de Governo, se você olhar para trás, os não municipalizados, lá em 2013 tivemos a redução da carga horária e a redução salarial. Logo em seguida, a área técnica, não é Matilde, tivemos a questão da insalubridade. E várias outras coisas vieram depois disso que evidenciam não ser um equívoco, é uma política implementada pelo Governo do Estado de São Paulo que, há mais de 20 anos, está aí

sucateando o serviço público, entregando o serviço público para a iniciativa privada. (Palmas)

E hoje, é aquilo que o Gervásio falou, temos pessoas da categoria que é gerenciada por OSs. Um monte de vocês pode reforçar o que estou dizendo. Essa situação de ficar sem pai e sem mãe, na verdade estamos sem pai, sem mãe, sem tio, sem irmão. Não tem ninguém por nós. Ficamos esquecidos num canto e isso traz o alcoolismo, traz depressão, problemas familiares e uma série de coisas, nem vou me tornar repetitivo, porque todos já disseram isso.

Então, pessoal, vou resumir e dizer basicamente que o Salvador disse aqui: é na luta que vamos garantir isso, é na mobilização do trabalhador que vamos garantir, como a Roseli falou, um SUS forte, integral, universal como é previsto na Lei 8080. E mais uma vez, parabenizar cada um de vocês que saiu da sua casa, do seu local de trabalho, e até no dia de folga, para estar aqui, porque se não houver isso pode esquecer. A política é voltada para o empreguismo. Ou a gente muda esse quadro nas eleições, ou é daí para pior.

Então muito obrigado aos Srs. Luiz Claudio, Juliana; ao Conselho, na pessoa da Sra. Selma. Inclusive estive com a Selma no Conselho para conseguir a participação dos trabalhadores, que não estava prevista, então nós do SindSaúde, junto com o Sindsep, tivemos que brigar muito para conseguir oito vagas.

É uma lógica mercantilista que responsabiliza o trabalhador de atingir metas, diminuir custos. Mas a gente não é fábrica de parafuso, a gente cuida de gente, de saúde, não dá para ter meta dentro disso. Vamos respeitar, valorizar esse trabalhador, ou então amanhã poderá ser a gente lá morrendo e sendo cuidado com lógica mercantilista. Vai ser entregue tudo isso para a iniciativa privada e a gente vai ser esquecido. Cabe reverter esse quadro nas eleições.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Silas. Tem a palavra a Sra. Valéria.

A SRA. VALÉRIA – Quero agradecer a Mesa, todos os presentes. Em especial, quero agradecer a Sra. Elisa, que foi companheira na Mesa o tempo todo; a Juliana e o Luiz que ajudaram a gente o tempo todo, não só aqui, mas durante toda essa longa caminhada de buscar essa equiparação, que na verdade não é bem o que a gente desejava, é uma vitória parcial, mas eles estavam com a gente todo esse tempo.

Essa gratificação foi criada em 2003 e, pela primeira vez, a gente reajuste alguma coisa. Então, é vitória? Sim. Parcial, mas está valendo.

Agradeço todos os municipalizados presentes. Conto com vocês muito. E agradeço especialmente o pessoal do Paraguaçu que esteve comigo na Mesa todas as vezes em que fui negociar.

A gente não vai desistir, vai continuar na luta, conto com vocês. E espero que sejam revistas algumas questões, inclusive essa do retroativo que sei que não está prevista, mas a gente esperava que fosse retroativo a maio de 2016. A luta continua.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem, Valéria. Tem a palavra a Sra. Neide, última inscrita.

A SRA. NEIDE – Bom dia. Sou da Associação Odontológica da Prefeitura, que não é um sindicato, mas tem uma carta sindical. E a gente não virou sindicato porque nasceu em 1951, quando ainda não tinha sindicato de servidores públicos, somente associação de servidores públicos e as sub-associações de cada categoria.

Estou muito triste porque não foi respeitada a discussão da mesa de negociação. Pergunto se a mesa de negociação é uma instituição, ou não? O que a gente tem são os espaços para discutir o problema do trabalhador, e o sistema só vingará se tiver a gente. É um sistema maravilhoso, é inclusivo, exemplo para vários países, porém não se respeita o capital desse sistema, que são os trabalhadores. A gente não é mercadoria, mas tratam da gente como se fosse bem imóvel.

O bem imóvel, que era aquela unidade básica do Estado, onde tinha trabalhador concursado, com as regras do concurso, e o Governo resolve que, a partir de agora, o sistema será pelo Município e a atenção básica não será mais pelo Estado.

Sou servidora municipal aposentada. Nós temos o Estatuto do Município e Estatuto Estadual, tem vários instrumentos que nos dão muitas obrigações, mas a gente não conseguiu, depois de 2013, nenhum dever de quem nos governa. Quando a gente fez a mesa de negociação, no Governo Haddad, que olhou para o trabalhador, tirou os penduricalhos do trabalhador do Município e passamos a ter salário que levamos na nossa aposentadoria. Mas estadual, a discussão é que tivesse a carreira do SUS no Estado, cada um participando com as suas parcelas, mas unificado: função igual, salários iguais. Essa era a nossa luta em 2003, quando São Paulo foi o último a se municipalizar nesse país. Todos já estavam municipalizados desde 1988, e o nosso Estado foi o último, e ainda com toda essa distorção.

Portanto, fico muito triste porque a gente discutiu tudo isso e não conseguimos. Qual é a responsabilidade da CCJ de mudar o que a gente discutiu? A gente concordou que viesse um projeto para cá, porque não se concordava que fosse inicial de carreira da Prefeitura, e sim que o cálculo fosse feito em cima daquilo que a gente já ganhava.

Pasmem que o cirurgião dentista terá que devolver: ele ganha setecentos e vai passar a ganhar seiscentos e pouco, porque um artigo da lei diz que são 20% inicial de carreira. A carreira do dentista é por carga horária, mas a gratificação nunca foi por carga horária, então não sei por que esse cálculo em cima de carga horária; tem de ser em cima de função, de exercício, e não de carga horária. É impossível, não se diminui salário, mesmo que seja gratificação, ou penduricalho de vocês. Isso é penduricalho.

Hoje, a média de servidor de Estado na atenção básica no País está em torno de 40 anos de serviço, porque ele leva para casa 60% do que ganha. É isso que a gente precisa entender. Precisamos trabalhar a carreira do Sistema Único de Saúde do nosso Estado, que todos são iguais. O sistema precisa da gente, e a população precisa da gente.

A partir de setembro, se o próprio Município não abrir concurso público, vai cair na improbidade administrativa, porque 20% dos servidores da Saúde hoje a partir do próximo mês têm tempo para aposentadoria. E esse vai embora mesmo, porque ele tem salário para levar embora, ele não vai ficar fazendo gracinha aqui nem vai ser contratado para continuar, porque o Estado faz isso, aposenta e contrata para continuar, para o cara ficar desesperado e ter de pagar a conta.

Isso não está certo, as pessoas têm de aposentar, viver a vida, ter salário decente. A gente trabalhou para isso. As coisas conquistadas... Eu sei que na lei trabalhista perdemos um monte de coisas; errado, vamos correr atrás. Emenda 95 errada, vamos correr atrás. Mas o capital do Sistema Único de Saúde somos nós e todos nós estamos muito doentes, porque não estamos mais fazendo as coisas com prazer. No dia que a gente deixa de fazer as coisas com prazer, gente, é doença. Você vai ficar sentado no sofá da sua casa, porque você vai aposentar, tem tempo. E aí, quem vai cuidar de vocês, se nem sistema tem mais para cuidar da gente? Convênio, impossível de pagar. Eu só uso SUS e estou ficando sem o serviço. Hoje as pessoas estão fazendo implante, transplante, essas coisas todas, não tem nem remédio, porque o Estado diz que não tem dinheiro para pagar, e matando as pessoas. Então pelo amor de Deus. (Palmas)

A SR. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, agora é meio-dia...

A SRA. - Deixe perguntar só mais uma coisinha: a CCJ, a gente pode fazer substitutivo nesse que veio?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou falar sobre isso.

A Iraci se esqueceu de dar um recado?

A SRA. IRACI – Eu estou sendo cobrada. Desculpe. O que a gente quer resgatar é que quem batalhou conosco, junto com a Secretaria Municipal, a criação da gratificação de municipalização foi o então Vereador Neder, hoje Deputado Estadual. Não podemos deixar... Eu ia apanhar de todo mundo aqui se não falasse isso.

E outra, tem um fato histórico. Ela foi aprovada, uma das pessoas que acompanhou não está aqui, já faleceu, que é a nossa diretora Sílvia. Isso foi dado às 2h, quase 3h da madrugada de uma sexta-feira, dia 23 de dezembro.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Vamos organizar a devolutiva da Mesa. Parece que a Amanda já tem alguma informação importante para nós. Aí eu passo para o RH, para as considerações da Selma e aí eu finalizo para o Gervásio e o Marcolino para... Eu também quero falar no final alguns encaminhamentos que a gente vai fazer.

Vamos lá, Amanda.

A SRA. AMANDA – Bom, eu acessei a Casa Civil, só para esclarecer que esse processo não tramita pela Secretaria de Governo Municipal, que é onde eu atuo, é via Casa Civil. O que a Casa Civil me passou a respeito é: o substitutivo que foi enviado está na Casa Civil. Assim que eles receberem o projeto de lei que foi sancionado ontem em segunda instância e ainda não chegou para a Casa Civil, eles anexam esse substitutivo que foi proposto, enviam para a assessoria jurídica da Secretaria da Saúde, a assessoria jurídica devolve com um parecer e aí é que eles vão ter alguma resposta formal a respeito disso. Como isso foi aprovado ontem, eu não tenho mais pareceres de Secretaria de Governo.

Espero que tenha ficado claro.

- Falas fora do microfone.

A SRA. AMANDA – Eu não tenho a menor ideia.

- Falas fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu falo sobre isso um pouco. Eu falo sobre a questão de tempo e um caminho que estou achando que quero construir com a Saúde.

(Ininteligível). Elisa.

A SRA. ELISA – Só para complementar algumas coisas que foram colocadas aqui

com relação... Foi colocado que os municipalizados não têm direito ao DA. Eles têm direito ao DA, sim. Isso está previsto em lei. No decorrer dos anos, de 2002 para cá, houve alguns ganhos, a gratificação do plantão extra, gratificação de difícil provimento, plantão extra. Isso está garantido para os municipalizados.

- Falas fora do microfone.

A SRA. ELISA - Vocês procurem o RH das coordenadorias para que tenham essas orientações, está certo?

- Falas fora do microfone.

A SRA. ELISA - Isso, das coordenadorias municipais.

- Falas fora do microfone.

A SRA. ELISA - Conversem com a coordenadora de RH, ela tem todas as orientações. Os DAs também. Nós já tivemos nomeações de vários servidores municipalizados em DA.

Com relação ao que foi colocado e que nos compete, é isso aí.

A SRA. - Eu só quero, para finalizar, agradecer o convite, agradecer a todos da Mesa e a todos os participantes. Nós, da Secretaria, eu como Coordenadora de Gestão de Pessoas, tivemos um empenho muito grande e é uma alegria e, também para nós, como profissionais, é uma conquista a aprovação dessa lei.

- Falas fora do microfone.

A SRA. - Para nós, todos os profissionais que atuam na Saúde são profissionais do SUS. Nós consideramos assim. O que acontece é que a Secretaria é uma Secretaria muito grande, muito capilarizada e essas questões têm que ser discutidas. Quando a Elisa FALA: "Procurem seu coordenador de recursos humanos", precisa ter informação, precisa ter a publicização dessas ações. Para nós isso é importante. Nós, como coordenação de gestão de pessoas, entendemos assim: todos somos profissionais da Saúde, todos nós.

- Falas fora do microfone.

A SRA. - É uma construção. Eu acho que isso tem que ser uma construção de conhecimento, de divulgação. Enfim, isso tem que ser construído no território, gente, porque lidar com pessoas é algo complexo.

- Falas fora do microfone.

A SRA. SELMA - Janis, aqui. Gostaria de propor, como Conselho Municipal de Saúde, que nós temos a comissão de RH, nós vamos levar essa demanda, Sindsaúde... Viu, Presidente Gervásio? Viu, Elisa? Janis. Elisa também na mesa de negociação. Eu acho que nós temos que construir isso, essas demandas que estão suspensas, que o Município insiste em dizer, nos locais... Viu, Janis? Os locais que falam isso. É a gestão dos locais que fala: o municipalizado não tem direito a isso, isso, isso. E é mentira.

Recentemente, pelo governo, que é a Miriam que representa o governo no Conselho Municipal de Saúde, tem uma trabalhadora que eu acho que não está aqui, que é lá da supervisão da Penha, ela foi convidada pelo Ministério Público para participar de um curso no CO. Chegou na hora de ela ir... Cadê a Valéria?

- Fala fora do microfone.

A SRA. SELMA - Então, só um minutinho. Pessoal, por favor. Aí eu questionei isso com a Miriam, e a Miriam falou: "Ah, Selma, é que por enquanto não está indo ninguém que não tem verba", mas nós sabemos que tem, porque todos os cursos, os cursos continuados que a gente tem que fazer, têm verba para isso, porque é do SUS. E eu acho que nós temos que construir essa audiência, Sindsaúde representando os municipalizados dentro do Conselho Municipal de Saúde, na comissão de RH, na comissão de políticas, juntamente com a Mesa do Município e com RH aqui. Eu gostaria que a gente tivesse – Vereadora – o resultado dessa ata para a gente poder acompanhar e avançar em relação a tudo isso.

E a pergunta da companheira do Burgo Paulista, amanhã, eu como conselheira municipal de saúde, segmento trabalhadora, juntamente com minha companheira conselheira Valéria, vamos pessoalmente lá.

E gostaria que a menina do Jabaquara, a enfermeira, encaminhasse um documento para nós, para (ininteligível) e para Conselho, porque, se chegam as demandas para nós, tem como nós irmos pessoalmente. No pleno do Conselho, que o governo fala, isso daí é só fala. Mas quando vocês fazem as denúncias, tanto trabalhadores como usuários, aí nós vamos lá pessoalmente e...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora sim. A gente fez perguntas, abri, perguntei, antes de fechar. São 12h10 e eu quero ainda ouvir o Gervásio e quero fazer o encaminhamento. Então, Selma, finalize.

A SRA. SELMA – Para finalizar, então tragam as demandas. Eu estou como coordenadora da (ininteligível) Conselho, que cuida do controle social, e também estou dentro de Orçamento e Finanças como coordenadora.

Também convido todos para participar da comissão das mulheres, no Conselho Municipal de Saúde, toda última quarta-feira do mês, às 11h. Conto com todas vocês. Parabéns e obrigada por esta oportunidade e obrigada por esta luta. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

Gervásio.

O SR. GERVÁSIO – Muito boa audiência. Acho que a gente teria que ter mais desse espaço de debate e discussão. Isso enriqueceria e nos ajudaria a corrigir algumas distorções e algumas questões relacionadas à assistência, relacionadas a RH.

RH, no Estado e no serviço público, é um problema em todos os locais. A companheira Roseli coloca algumas questões e ficou muito claro para todos nós que é a realidade do que acontece.

O problema não é de vocês que estão aqui no município de São Paulo, temos um problemão, claro, mas esse problema acontece com todos os servidores públicos: da saúde, da educação, da segurança e esses problemas são idênticos. É que sempre, talvez o vizinho, parece para a gente que é diferente, mas não é, são iguais. Claro que os municipalizados têm

um problema muito mais complicado porque nós tínhamos problemas, que eram relacionados aos municipalizados aos estaduais não municipalizados e para piorar veio o problema das organizações sociais. Aí passa a ter um tratamento diferenciado. O que eu penso de tudo isso?

Primeiro, que não podemos entrar num debate, nós trabalhadores, de que o outro trabalhador é melhor, ou o outro é pior, nós temos que nos unir porque todos somos trabalhadores e todos somos assediados, todos temos direitos retirados. Quem é patrão ou gestor vai administrar do ponto de vista de gestor ou do ponto de vista de patrão, que é no caso das organizações sociais. Então, todos têm problemas. Temos de tratar nossos companheiros municipais, nossos colegas das organizações sociais enquanto trabalhadores de uma forma muito mais solidária e de união para que a gente possa de fato avançar nas nossas pautas de reivindicação.

Entrando nas questões das respostas, eu quero colocar aqui que a Kátia fez um apontamento muito interessante que foi a questão do plano de carreira. Esse é um processo que a gente precisa mudar, mas não é tão simples porque sempre os processos de mudança de legislação são simples para retirar direitos, quando é para conquistar é muito difícil. Daí, todas as pautas de reivindicações e acredito de todos os sindicatos e o Sindsaúde não é diferente está previsto a reivindicação de plano de cargos e salários. No plano de cargos e salários sempre está a discussão do plano de carreira de ascensão na questão vertical. Qual é o problema que temos e sei que a maioria possui esse entendimento?

A nossa Constituição, tanto Federal como Estadual, não permite a ascensão no cargo sem ser através de concurso público. Aí vem o grande problema, a gente não tem concurso público todo o dia, há dez anos não há concurso público no Estado. Então, o trabalhador primeiro entrava como agente de saúde ou atendente de saúde, fazia escola de auxiliar de enfermagem, passava a ser auxiliar de enfermagem, a função de atendente nem existe mais, mas ele continua recebendo como atendente. Faz uma universidade, faz uma especialização, faz um mestrado, um doutorado e continua como atendente ou auxiliar de

enfermagem porque o acesso ao cargo só se dá através de concurso público.

O que a gente consegue e até avançamos, principalmente na área específica de saúde, é ter o acesso na linha horizontal, na linha vertical o acesso só se dá se tiver um concurso público e você prestar esse concurso. Essa transição não acontece simplesmente através de um plano de carreira regulamentado no município ou no estado.

O que precisa é mudar esse artigo da Constituição Federal, não lei, a Constituição Federal, que para mudar uma lei já é difícil, imaginem uma Constituição Federal. Não é difícil mudar quando é para retirar direitos, como agora, na EC 95, aprovaram com muita facilidade, reforma trabalhista foi aprovada com muita facilidade. A lei das terceirizações, de forma escancarada para todos os serviços públicos e privados, e agora está aí na pauta a questão da reforma da previdência.

Então, é uma questão desanimadora. Não traz uma vontade para o funcionário público hoje se preparar e melhorar o seu currículo porque se ele estudar ele sabe que vai continuar da mesma forma. Não se abre mais concurso público. Hoje a preferência são as terceirizações e quarteirizações. É uma reivindicação que está em todas as pautas.

É uma reivindicação que está em todas as pautas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GERVÁSIO - Aí é uma outra situação específica. Se ela passou num concurso, foi aprovada num concurso, se alguém a impediu de assumir, entra com uma ação judicial porque tem de ser garantido esse direito. Entra e ganha com certeza.

A Dalva aponta aqui algumas questões sobre as terceirizações. Só para terem uma ideia, o quadro de trabalhadores do Estado de São Paulo na Secretaria da Saúde é de 250 mil trabalhadores. E servidores, aquele trabalhador que prestou concurso e é regido pelo Estatuto, são 50 mil. Somos um quinto do quadro de trabalhadores. Estou querendo dizer com isso que a precarização dos contratos de trabalho foi uma coisa avassaladora nos últimos 20 anos aqui no Estado de São Paulo.

Temos hoje uma CPI instaurada na Assembleia Legislativa que está apontando todos os problemas de terceirização que existem: contratos de metas não cumpridos, desvio de dinheiro, alto salário para quem faz a gestão das OSs, empresas fantasmas e é um projeto que está no Estado de São Paulo há 30 anos. Temos 29 organizações sociais prestando serviços para a Secretaria Estadual da Saúde. Cada organização social tem em média cinco, seis contratos com a Secretaria do Estado. E muitos donos de organizações sociais são funcionários de carreira da Secretaria do Estado.

Inclusive, na próxima quinta-feira vai acontecer um seminário que já é decisão, resolução dessa CPI instaurada na Assembleia Legislativa. Um seminário para discutir mudança da legislação das organizações sociais no Estado de São Paulo.

Quero ainda colocar uma questão que precisa ficar clara entre a gente. Todo mundo reclama e está certo em reclamar, reivindicar, pressionar e espernear para que sejam garantidos nossos direitos. Só não entendo porque um projeto que tira tanto direito dos trabalhadores, tira direito da sociedade, está há 30 anos governando o Estado de São Paulo com mais de 1 milhão de servidores públicos e continua votando nesse projeto. Ninguém se elege sem voto do servidor público. Precisamos ter isso claro, inclusive, discutir por que isso acontece. Qual é o fenômeno que acontece no Estado de São Paulo para essas pessoas continuarem ganhando o Governo do Estado.

Eles não ganham sem voto e quero continuar nessa linha de pensamento dizendo o seguinte, o SindSaúde ou qualquer sindicato não é uma entidade a parte de nós. Sindicato é cada trabalhador que se filia, abraça a luta e vai para os movimentos. E o papel do Sindicato é reivindicar, espernear, procurar a Justiça nos casos em que cabe a Justiça, mas quem faz a mudança de qualquer regra no nosso país e na maioria dos países do mundo é quem legisla, quem está executando os serviços da gestão.

Então precisamos pensar muito bem na hora de votar. E estamos exatamente num momento próximo de uma eleição e precisamos observar quem votou na reforma trabalhista

para tirar direito dos trabalhadores, quem votou nessa emenda constitucional 95 e vamos ter congelado o investimento nos serviços públicos essenciais como Saúde e Educação para os próximos 20 anos.

Agora, essas pessoas não estão lá porque falaram que queriam estar lá. Tem gente votando nessas pessoas, se queremos mudar essa realidade vamos mudar através de quem se filia a um partido e se coloca à disposição para representar a sociedade.

Então quero fechar dizendo o seguinte: vivemos hoje num Estado de exceção com perseguição aos movimentos sociais, perseguição ao direito sindical como a companheira Araci falou, simplesmente porque lutamos, porque levamos todas as reivindicações dos trabalhadores vivemos diariamente sendo perseguidos por isso.

Primeiro, colocar aqui para a companheira Neide que fez uma fala de que temos um salário igual no Estado de São Paulo. Acho que temos de ir mais além, o SUS é um Sistema Único e todo trabalhador do SUS teria de ter um piso nacional igual para todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país. E eleger gente compromissada com o Sistema Único de Saúde. Estava vendo algumas matérias veiculadas no último período, a mesma empresa que fabrica veneno hoje produz medicamento. Ela envenena, deixa a sociedade doente e depois oferece uma coisa paliativa porque é o capital que está mandando nas políticas públicas do nosso país.

E aqui, na cidade e no Estado de São Paulo, não está fora desse contexto, não é diferente. Mas quero parabenizar todos vocês, parabenizar a Juliana, todos os membros da Mesa, o companheiro Luiz Claudio, porque é uma pequena vitória, mas é uma vitória. Deveria ser e deve ser retroativo não tenho dúvida disso. Agora, precisamos ver se há a possibilidade de fazer isso. Temos de continuar lutando para que essa gratificação seja paga no 13º salário e no um terço de férias.

Quero dizer para vocês que esses trabalhadores municipalizados são praticamente a custo zero para os municípios. E quando falo os municípios estou falando dos prefeitos que

deveriam olhar com mais carinho esses trabalhadores. São funcionários do Estado, a folha é paga pelo Estado que ignora esses trabalhadores e o Município que está tendo essa mão de obra praticamente a custo zero deveria ter uma sensibilidade, olhar mais para esses trabalhadores e valorizá-los mais porque vocês não caíram de paraquedas no serviço público. Vocês entraram através de concurso público e quando o Município chegou para fazer a gestão desse serviço vocês já estavam lá com toda a experiência e trabalho.

Muito obrigado, Juliana, Mesa e todos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Rapidamente, fomos convidados a participar desta audiência pública para falar sobre o projeto de lei 015252, de 2018, do Poder Executivo. E percebemos que o serviço municipalizado é muito maior do que a questão das gratificações que estão sendo debatidas aqui.

Então a audiência pública serve para isso também, está apontando alguns caminhos e é importante na maioria das salas há problemas que são pontuais, que vai ter de resolver mesmo com recursos humanos. É mais fácil de resolver, tem as negociações que vocês estão acompanhando, tem o Conselho Municipal de Saúde e você acompanha e consegue resolver algumas questões diretamente por esses instrumentos.

Agora, há outras questões que são mais profundas. Essa relação entre Estado e prefeituras tem de ser aperfeiçoada, porque não dá para ficar um período tão longo como ficou agora ou mesmo ter diferenciações entre um servidor e outro, seja do Município ou do Estado, porque o trabalho de vocês é o mesmo. E às vezes no mesmo local há três trabalhadores fazendo a mesma coisa com salários diferentes.

- Manifestação na plateia.

(NÃO IDENTIFICADO) – Inconstitucional. Trabalho igual com salários diferentes. Então as questões apresentadas hoje na nossa audiência pública têm esses elementos para trabalharmos daqui para frente. É importante que aqui tenha o pessoal da Saúde, da Gestão, já entramos em contato com o pessoal da Casa Civil.

Então esta audiência está abrindo um espaço de diálogo e a partir de agora é importante que tanto o Estado quanto os municípios comece a olhar muito mais para os municipalizados que já vem sofrendo muito ao longo desses últimos anos. Acho que agora pelo menos abre um caminho para o pessoal começar a olhar para a necessidade de Vocês.

Quero parabenizar, Juliana, pela audiência pública. Parabenizar cada um e cada uma de vocês que foram construtores dessa vitória, porque não é mérito individual de um ou de outro. Essa vitória é um trabalho coletivo de cada um de vocês que acreditou que seria possível. Então parabéns a todos vocês por essa vitória que vai abrir caminho para muitas outras daqui para frente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, primeiro como falei, a audiência pública vai puxando tantas outras demandas e tantos outros olhares que sempre é importante, como o Marcolino falou, para a gente conseguir se organizar. Só aqui temos pelo menos mais três pautas para tocar enquanto Comissão de Saúde e Sindicato junto com o Governo.

Mas também queria falar, Jane e Elisa, claro que sou super jovem, mas nesse período que estou na política trilhando essa caminhada, percebi que se projetos de lei ou projetos não forem colocados debaixo do braço e dialogar com cada setor para poder avançar não avança.

O Sindicato e o Movimento com toda a pressão que precisa ser feita em qualquer esfera do Governo, em qualquer um dos partidos, tem que ser feita para poder avançar, porque se não fazemos pressão as coisas não avançam. Mas de fato 15 anos para poder chegar nessa caminhada é muita coisa e ainda faltou ser um completo de projeto de lei.

Então acredito que a relação desse projeto ainda precisa ser organizada. O que estou sugerindo e aí queria ver com o Ivan e a Adriana se conseguimos caminhar nessa condição. Claro que tem de falar com a Casa Civil, enfim, mas em relação aos médicos,

dentistas o projeto de lei – respondendo para alguém que perguntou quanto tempo - para ser sancionado, pela legislação, são 15 dias. De sanção às vezes um pouquinho mais, mas são 15 dias para sancionar um projeto de lei.

Se nessa relação do cirurgião dentista, nesse item não tem como vetá-lo porque como vamos burlar a Constituição diminuindo o salário. Não existe isso. Então acho que nesse item ele já é vetado por si só na legislação, mas precisamos ver o que faremos.

Em relação a arrumar isso, na lei não tem como porque no projeto de lei já é organizado para isso. Então a sugestão pensada em conjunto, aqui nos projetos da Câmara temos vários do Executivo e ao invés de começar novamente outro projeto de lei que vai ter de vir do Executivo para cá, a gente pegar carona em um projeto de lei que vai ser votado no Executivo para poder arrumar esse item e brigar para que esse retroativo também entre nesse projeto.

Será que a gente consegue fazer a construção disso, em que pese ainda estarmos fazendo levantamento de qual projeto de lei pode ser votado em segunda para poder dialogar. Acho que vai ser uma luta que vamos ter de emplacar, Gervásio, vários outros companheiros e companheiras para poder sentar o quanto antes com o Executivo e se a Saúde conseguir puxar isso para abrir a porta, acho que conseguimos dialogar com outras pastas para poder avançar.

Então de fato acho que a saída de encaminhamentos para esses próximos dias é isso, a gente caminhar para poder vetar o que foi colocado – por si só, eu acredito que a lei já veta, Big? porque não pode –, mas caminhar para poder ver um projeto de lei que está votado em segunda, para que se dialogue, para ser acertado isso.

Aí, eu queria responder a duas coisas: a questão da Sra. Dalva, a questão da reestruturação, é isso que a Sra. Selma falou. Além da relação do próprio Conselho Municipal, para denunciar, para chegar à própria Comissão de Saúde, o mandato tem acompanhado isso muito de perto, muito de perto mesmo, no sentido da abertura das Unidades Básicas de Saúde,

da abertura das AMAs. O Secretário falou, ontem, na reunião que tivemos, que foram já recontratados, se não me engano, 110 enfermeiros e profissionais de Saúde. No que concerne à reestruturação, ontem ele falou que já foram recontratadas essas pessoas para poder voltar a abrir as unidades que foram fechadas e reestruturar as AMAs que estavam com um quadro de funcionários menor.

Então, é claro que isso vem da Secretaria, mas o que vai dar segurança para nós são a base e o território, dialogar e puxar isso para nós. Há o Conselho, mas há, também, meu mandato. Passo-lhes o contato, que é o Sr. João, além de mim, que aqui trabalha comigo e tem uma atuação muito importante na área da Saúde. Ajuda-me muito, enquanto na Comissão de Saúde, entre outras coisas da Saúde. É o contato que se tem.

Em relação à questão dos contratos das OSs e CPI, aqui já há uma solicitação e um pedido de CPI de OSs. O problema é que, lá, na Assembleia, abriu-se uma caminhada porque há uma briga do próprio partido, entre Doria e Alckmin. Aqui ainda não chegou a esse ponto de conseguirmos emplacar uma CPI para poder dialogar sobre a relação das OSs e tudo que tem acontecido, em que pese lá ter dado luz para o Município. Também temos acompanhado isso como bancada, aqui, da Câmara, do Partido dos Trabalhadores.

Acho que este encaminhamento está bom. Alguém quer incluir mais alguma coisa nesse encaminhamento que eu fiz? Aí, seguramos, para poder dialogar e eu vejo qual é o executivo. Falo com a Sra. Adriana. Falo com o Sr. Ivan, juntamente com o Sr. João, para podermos encaminhar isso, como Sindsaúde, para podermos avançar. No mais, gente, muito obrigada pela vinda de vocês. Vamos nos manter em luta. (Palmas)

Também não pensem que só o Sindicato vai resolver todos os problemas. Se não nos mexermos, na nossa base, se também não estamos acompanhando as atividades do Sindicato, acompanhando isso diretamente, não achem que nós vamos fazer milagres. É a mesma coisa com a Comissão de Saúde, como é a mesma coisa com o mandato. Então, isso é em conjunto. A luta é de todos nós. Para avançarmos, foram 15 anos, mas conseguimos

chegar a um paliativo, em que pese ainda seja preciso buscar muito.

Há uma coisa importante, também. Eu não sei qual é a comissão, Sra. Adriana, mas, no que tange a essa relação dos cursos, eu fiquei bastante surpresa por eles não poderem fazer cursos. Então, acho que precisamos fazer, aqui, uma caminhada e colocar isso de uma forma mais organizada, de maneira que possamos fazer o pedido junto à Secretaria, para as supervisões fazerem com que isso não aconteça, porque fazer curso é um direito dos municipalizados, dos funcionários públicos. Conhecimento é direito. É direito do SUS. Está no Sistema Único de Saúde. Está na Constituição.

Ok, gente? Muito obrigada. (Palmas)

Um abraço a todos e vamos continuar na luta.